



prefeitura de  
**PORTO ALEGRE**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA**  
**COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO**  
**PÚBLICA MUNICIPAL - DTP/SMTC**  
**DECISÃO ADMINISTRATIVA**

**Decisão nº 59 / 2021 CMRI**

Porto Alegre, 30 de novembro de 2021.

**Recurso nº** 004456-21-05

**Recorrente:** P.E.B.

**Órgão Requerido:** Secretaria Municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos - SMPAE

**Relator:** Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria - SMTC

## **1. Relatório**

### **1.1 Resumo do pedido original**

O cidadão solicitou em seu pedido de acesso à informação, o acesso à íntegra do processo eletrônico SEI 21.0.000072706-4, referente ao projeto de transformação e requalificação do centro histórico de Porto Alegre.

O referido processo eletrônico, em síntese, trata do encaminhamento de Carta Consulta referente a Transformação e Requalificação do Centro Expandido de Porto Alegre para envio à SAIN - Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, para análise da COFIEIX. O responsável pelo envio é o Sr. Prefeito Municipal, o qual encaminhou o pleito de financiamento externo junto às Agências de Fomento Banco Mundial e Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD.

### **1.2 Razões do órgão/entidade requerida**

A Secretaria Municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos - SMPAE, informou na resposta encaminhada ao cidadão não ser possível disponibilizar o acesso ao processo SEI nesse momento, alegando se tratar de projeto ainda não finalizado e que poderia receber novas versões.

A SMPAE ainda informou ao cidadão que não seria adequada a sua disponibilização ao público externo nesse momento, visto que as informações relativas ao projeto poderiam gerar expectativas que não serão realizadas.

### **1.3 Razões do recorrente**

No recurso à CMRI, o requerente contesta essa informação. Questiona que o fato do projeto não estar concluído não impediria o acesso às informações públicas, com sendo aquelas "contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades".

Alega também que não houve qualquer justificativa legal ou jurídica mencionada na negativa encaminhada pela SMPAE. Solicitou, portanto, reexame da matéria e que o acesso ao processo seja liberado, direito garantido em normativa federal.

## 2. Análise de admissibilidade do recurso

O recurso foi interposto dentro do prazo legal e o requerente é parte legítima para recorrer e solicitar reexame da matéria.

## 3. Análise do mérito

Ao analisar o processo administrativo em questão, os relatores não verificaram nenhum impedimento legal para a disponibilização do acesso para acompanhamento do projeto, conforme solicitado pelo cidadão requerente. Considerando não se tratar de protocolo sigiloso, as informações do cidadão como o correio eletrônico para disponibilização do acesso externo constam no protocolo 004456-21-05.

Como retorno ao pedido de reexame, a Secretaria Municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos - SMPAE informou que, por ordem da autoridade máxima, o ato decisório respectivo não foi editado pela Administração, uma vez que o projeto ainda não está finalizado. Assim, manteve a negativa de disponibilização do acesso externo ao processo administrativo 21.0.000072706-4, com fundamento no parágrafo 3º do art. 7º da Lei nº 12.527/2011, que dispõe:

*"§ 3º O direito de acesso aos documentos ou às informações neles contidas utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo será assegurado com a edição do ato decisório respectivo."*

Considerando que o processo eletrônico SEI solicitado é público e não constam restrições nos arquivos PDF de seus documentos, conforme verificado por esta relatoria, esta Comissão Mista de Reavaliação de Informações da Administração Pública Municipal não verificou nenhum impedimento previsto na Lei de Acesso à Informação (12.527/2011) para a disponibilização do acesso. Também não foram verificados documentos que poderão ser utilizados em processo licitatório futuro, nesse caso, a Secretaria deverá iniciar novo processo ou reclassificar o processo atual no Sistema Eletrônico de Informações SEI, através da opção "Restrição Temporária (Documento preparatório - Art.7º, §3º, da Lei nº 12.527/2011).

## 4. Decisão

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, por unanimidade dos presentes, decide por dar provimento ao recurso, devendo a SMPAE conceder ao cidadão o acesso ao processo administrativo, através do e-mail indicado no cadastro do sistema e-SIC, no prazo de 20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias, mediante justificativa ([Decreto 20.129/2018](#), Anexo Único, Art. 19, Parágrafo Único), ou comunicação de que o pedido já foi devidamente atendido.

## 5. Providências

À Secretaria-Executiva da CMRI para cientificação do recorrente, da presente Decisão.

De acordo:

Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria – **SMTC**

Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – **SMAP**

**Recurso CMRI nº 004456-21-05**



Documento assinado eletronicamente por **Heleno Baptista Franken, Técnico Responsável**, em 30/11/2021, às 15:01, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cássia Reda Eloy, Técnico Responsável**, em 30/11/2021, às 15:01, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinicius Andrade da Silveira, Servidor Público**, em 30/11/2021, às 15:01, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Camila Lacerda Couto, Técnico Responsável**, em 30/11/2021, às 15:01, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Decio Schwelm Vidal, Servidor Público**, em 30/11/2021, às 15:01, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiéli Aurelio Irigaray, Técnico Responsável**, em 30/11/2021, às 15:01, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Garcia Brock, Técnico Responsável**, em 30/11/2021, às 15:01, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antônio Trisch Mendonça, Servidor Público**, em 30/11/2021, às 15:28, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **16318633** e o código CRC **2440D81F**.